

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA Bruxelas, 19 de Abril de 2001 (25.04) (OR. fr)

8051/01

LIMITE

PUBLIC 3

TRANSPARÊNCIA

Assunto: LISTA MENSAL DOS ACTOS DO CONSELHO

MARÇO 2001

O presente documento contém:

no <u>Anexo I</u> uma lista dos actos legislativos definitivos adoptados pelo Conselho em Março de 2001, acompanhada no, <u>Anexo II</u>, das declarações para a Acta facultadas ao público. Esta lista menciona igualmente os eventuais votos contra e as abstenções, bem como as declarações de voto e a regra de votação.

Refira-se que apenas fazem fé as actas relativas à adopção definitiva dos actos legislativos. Os excertos das actas em questão, tal como as informações contidas nos Anexos I e II do presente documento, são facultados ao público por Internet a partir da página "Eudor" (http://www.eudor.com; ver rubrica "Transparência dos actos legislativos do Conselho").

no <u>Anexo III</u> uma lista dos outros actos ¹ adoptados pelo Conselho em Dezembro de 2000, que indica, quando aplicável, os resultados da votação, as declarações de voto e as declarações que o Conselho decidiu tornar públicas.

8051/01 ccm/SR/ds DG F III **P**'

_

Com excepção de certos actos de âmbito limitado, tais como decisões processuais, nomeações, decisões de órgãos constituídos por acordos internacionais, decisões orçamentais pontuais, etc..

	MARÇO 2001		
ACTOS LEGISLATIVOS DEFINITIVOS	TEXTOS ADOPTADOS	DECLARAÇÕES	VOTAÇÕES E DECLARAÇÕES DE VOTO
2334.ª Conselho Ambiente de 8 de Março de 2001			
Decisão do Conselho que completa a Directiva 90/219/CEE no que respeita aos critérios destinados a determinar a segurança para a saúde humana e o ambiente de alguns tipos de microrganismos geneticamente modificados	5220/01 + REV 1 (fi) + REV 1 COR 1 (fi)		Maioria qualificada
2335.ª Conselho Questões Económicas e Financeiras de 12 de Março de 2001			
Decisão do Conselho relativa à aplicação de taxas reduzidas e de isenções do imposto especial sobre o consumo de certos óleos minerais utilizados para fins específicos	6205/01 + COR 1 (pt)	23/01	Unanimidade
Decisão do Conselho que autoriza a República Federal da Alemanha a aplicar uma taxa diferenciada do imposto especial sobre o consumo de certos óleos minerais utilizados para fins específicos, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º da Directiva 92/81/CEE	13727/00		Unanimidade
Decisão do Conselho que autoriza a República Italiana a aplicar uma taxa reduzida do imposto especial sobre o consumo de certos óleos minerais utilizados para fins específicos, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º da Directiva 92/81/CEE	13728/00		Unanimidade

	MARÇO 2001		
ACTOS LEGISLATIVOS DEFINITIVOS	TEXTOS ADOPTADOS	DECLARAÇÕES	VOTAÇÕES E DECLARAÇÕES DE VOTO
Decisão do Conselho que autoriza a República Francesa a aplicar uma taxa diferenciada do imposto especial sobre o consumo de certos óleos minerais utilizados para fins específicos, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º da Directiva 92/81/CEE	13729/00 + COR 1		Unanimidade
Decisão do Conselho que autoriza os Países Baixos a aplicarem uma taxa diferenciada do imposto especial sobre o consumo de gasóleo pelos táxis em 2000, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º da Directiva 92/81/CEE	14801/00		Unanimidade
Decisão do Conselho que autoriza os Países Baixos a aplicar uma taxa diferenciada do imposto especial sobre o consumo de gasóleo com fraco teor de enxofre, nos termos do nº 4 do artigo 8º da Directiva 92/81/CEE	14802/00		Unanimidade
Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao saneamento e à liquidação das instituições de crédito	PE-CONS 3616/01	24/01, 25/01, 26/01	Contra F Maioria qualificada
Directiva do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos	6001/01 + COR 1 (da) + COR 2 (es)		Unanimidade
Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos	PE-CONS 3610/01		Maioria qualificada

o ivo oela	DOPTADOS		
0 g		DECLARAÇÕES	VOTAÇÕES E DECLARAÇÕES DE VOTO
ivo			
Comissão em aplicação do Regulamento (CE) n.º 213/96 relativo à execução do instrumento financeiro "EC Investment Partners" destinado a países da América Latina, da Ásia e do Mediterrâneo e à África do Sul (14.03.2001)	18/01		Maioria qualificada
2337.ª Conselho Justiça, Assuntos Internos e Protecção civil de 15 de Março de 2001			
Regulamento do Conselho que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros + COR 2 (fr,it,el,fi,sv) + COR 3 (fi) + COR 4 (en)	t,el,fi,sv)	27/01	Abstenção E Unanimidade

	MARÇO 2001		
ACTOS LEGISLATIVOS DEFINITIVOS	TEXTOS ADOPTADOS	DECLARAÇÕES	VOTAÇÕES E DECLARAÇÕES DE VOTO
2339.ª Conselho Agricultura de 19 de Março de 2001			
Regulamento 6190/01 do Conselho que prorroga por um período máximo de um ano o financiamento de certos planos de melhoramento da qualidade e da comercialização aprovados no âmbito do Título II-A do Regulamento (CEE) n° 1035/72	6190/01	28/01	Maioria qualificada
Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à repartição entre os Estados-Membros das autorizações recebidas no âmbito dos Acordos entre a Comunidade Europeia e a República da Bulgária e entre a Comunidade Europeia e a República da Hungria que estabelecem determinadas condições para o transporte rodoviário de mercadorias e a promoção do transporte combinado	PE-CONS 3615/01		Maioria qualificada

ccm/SR/ds

DECLARAÇÃO 23/01

Ad decisão geral

"O Conselho e a Comissão registam que o regime irlandês de redução do imposto especial de consumo em benefício dos condutores deficientes se destina a atender às necessidades de um sector da população particularmente vulnerável e que esse aspecto será plenamente tomado em consideração, no momento oportuno, quando se proceder à renovação das derrogações previstas na decisão."

DECLARAÇÃO 24/01

Ad n.º 2 do artigo 16.º:

"O Conselho e a Comissão acordam em que os créditos reclamados por credores de natureza equivalente devem ser considerados como créditos de natureza equivalente".

DECLARAÇÃO 25/01

"O Conselho e a Comissão declaram que as disposições da presente directiva referentes à competência judiciária e ao processo civil foram aprovadas tendo em conta: a) o facto de ser necessário completar as disposições correspondentes do Regulamento relativo aos Processos de Insolvência e assegurar a coerência com estes, atendendo à natureza específica das instituições de crédito, e, b) o papel desempenhado pela presente directiva, na medida em que completa o quadro da supervisão e do controlo exercido pelo Estado-Membro de origem sobre as instituições de crédito estabelecidas na Comunidade, instaurado pela primeira e segunda directivas de coordenação bancária (77/780/CEE e 89/646/CEE) e pela directiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos (94/19/CEE). A presente directiva não cria, por conseguinte, uma competência genérica que permita à Comunidade decretar regras em matéria de competência judiciária e de processo civil."

DECLARAÇÃO 26/01

Ad Artigo 18.°:

"O Conselho e a Comissão declaram que os Estados-Membros podem prever que os credores estejam, além disso, habilitados a dar parecer sobre as decisões graves a tomar pelos liquidatários no âmbito dos processos de liquidação e, nomeadamente, sobre a conveniência de prosseguir os processos em curso ou iniciar novos processos."

DECLARAÇÃO 27/01

Declaração da Delegação Belga

"A Bélgica toma conhecimento do relatório sobre a Bulgária elaborado pela Comissão, que constata que esse país envidou esforços consideráveis nos últimos anos, tendo-se comprometido a prossegui-los, tanto no domínio do regime de vistos como no contexto mais lato da sua preparação para a adesão à União Europeia."

DECLARAÇÃO 28/01

Declaração da Delegação Espanhola

"A Delegação Espanhola considera que a aprovação deste regulamento sobre frutos de casca rija é de grande interesse político, económico e social para a Espanha e de importância estratégica para a União Europeia, dado que o desaparecimento da sua cultura na União Europeia implicaria o monopólio do mercado comunitário da amêndoa para os Estados Unidos e da avelã para a Turquia.

A aprovação deste regulamento pressupõe que os Planos que terminavam em 2000 disponham dos auxílios actuais mais um ano, sem o que a manutenção da cultura não será viável.

No entanto, na falta de protecção externa adequada, os mecanismos gerais contemplados na organização comum dos mercados das frutas e produtos hortícolas, especialmente os Fundos Operacionais, revelaram-se insuficientes para a regulação do sector dos frutos de casca rija. Assim, a Delegação Espanhola considera que o relatório da Comissão ao Conselho sobre a aplicação do Regulamento (CEE) 2200/96 que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas, deverá aprofundar a problemática do sector dos frutos de casca rija e apresentar as propostas necessárias para lhe garantir a subsistência. Essas propostas devem contemplar auxílios permanentes ao sector, em substituição dos actuais planos de melhoramento, os quais deveriam aplicar-se já às superfícies incluídas tanto nos planos que terminaram em 2000, objecto desta prorrogação, como nos que terminarão a partir de 2001."

MARÇO 2001	
OUTROS ACTOS	Votações tornadas públicas
2333.ª Conselho Emprego e Política Social de 6 de Março de 2001	
Regulamento do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1334/2000 no que respeita à lista de produtos e tecnologias de dupla utilização destinados a exportação Doc. 5978/01	
Regulamento do Conselho que institui um direito anti-dumping definitivo sobre as importações de certas balanças electrónicas originárias do Japão Doc. 6028/01	
Regulamento (CE) do Conselho que institui um direito anti-dumping definitivo sobre as importações de determinadas balanças electrónicas, originárias de Singapura Doc. 6031/01	
Regulamento do Conselho que adopta medidas autónomas e transitórias relativas à importação de certos produtos agrícolas transformados originários da Polónia Doc. 5673/01	
Regulamento do Conselho que proíbe a exportação de certas mercadorias e de certos serviços para o Afeganistão, reforça a proibição de voos, prorroga o congelamento de fundos e de outros recursos financeiros aplicável aos Taliban do Afeganistão e revoga o Regulamento (CE) n.º 337/2000 Doc. 6019/01 + COR 1 (en)	
2334.ª Conselho Ambiente de 8 de Março de 2001	
Posição comum adoptada pelo Conselho tendo em vista a adopção da directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao ozono no ar ambiente Doc. 13114/00 + COR 1 (it) + COR 2	
Decisão do Conselho que aprova a conclusão, pela Comissão, do Acordo de Cooperação entre a Comunidade Europeia da Energia Atómica, representada pela Comissão, e o Departamento da Energia dos Estados Unidos da América no domínio da investigação e desenvolvimento da energia de fusão Doc. 5572/01	

MARÇO 2001	
OUTROS ACTOS	Votações tornadas públicas
Decisão do Conselho relativa aos princípios, prioridades, objectivos intermédios e condições previstos na Parceria de Adesão da República da Turquia Doc. 5117/01	
2335. ^a Conselho Questões Económicas e Financeiras de 12 de Março de 2001	
Decisão do Conselho que executa a Acção Comum 1999/34/PESC, tendo em vista o contributo da União Europeia para o combate à acumulação e proliferação desestabilizadoras de armas de pequeno calibre e armas ligeiras na América Latina e nas Caraíbas 6692/01	
Recomendações do Conselho • relativa à quitação a dar à Comissão da execução das operações do Fundo Europeu de Desenvolvimento (1984) (sexto FED) para o ano financeiro de 1999 Doc. 6536/01	
 relativa à quitação a dar à Comissão da execução das operações do Fundo Europeu de Desenvolvimento (1989) (sétimo FED) para o ano financeiro de 1999 Doc. 6537/01 	
 relativa à quitação a dar à Comissão da execução das operações do Fundo Europeu de Desenvolvimento (1995) (oitavo FED) para o ano financeiro de 1999 Doc. 6538/01 	
Decisão do Conselho relativa à participação da Comunidade no Grupo Internacional de Estudo do Chumbo e do Zinco Doc. 14312/1/00 REV 1	
Alteração ao Regulamento de Processo do Tribunal De Justiça Doc. 6363/01	
Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade Actualizado da Bélgica, 2001-2005 Doc. 6987/01	
Parecer do Conselho relativo ao Programa de Estabilidade Actualizado da Espanha, 2000-2004 Doc. 6988/01	

MARÇO 2001	
OUTROS ACTOS	Votações tornadas públicas
Parecer do Conselho relativo ao Programa de Estabilidade Actualizado do Luxemburgo, 1999-2003 Doc. 6989/01	pusseus
Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade Actualizado de Portugal, 2001-2004 Doc. 6990/01	
2336. ^a Conselho Mercado Interno/Consumidores/Turismo de 12 de Março de 2001	
Posição Comum adoptada pelo Conselho tendo em vista a aprovação da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera pela vigésima primeira vez a Directiva 76/769/CEE do Conselho relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, no que se refere às substâncias classificadas como cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas para a reprodução Doc. 14534/00 + COR 1 (en) + COR 2 (dk) + COR 3 REV 1 (el)	
2337.ª Conselho Justiça, Assuntos Internos e Protecção Civil de 15 de Março de 2001	
Iniciativa da República Portuguesa tendo em vista a adopção da Decisão-Quadro 2000/ /JAI do Conselho relativa ao estatuto da vítima em processo penal Doc. 6335/01 + COR 1 (nl) + COR 2 (de) + REV 1 (da,el,fi,it) + REV 1 COR 1 (da)	

MARÇO 2001	
OUTROS ACTOS	Votações tornadas públicas
Decisão do Conselho relativa à celebração de um Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega relativo aos critérios e mecanismos de determinação do Estado responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num Estado-Membro, na Islândia ou na Noruega Doc. 5786/01 + COR 1 (fr,fi)	•
Declaração da Delegação Dinamarquesa tornada pública	
"Ao abrigo do Protocolo relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia, este Estado não participará na adopção pelo Conselho da decisão relativa à celebração de um Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega relativo aos critérios e mecanismos de determinação do Estado responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num Estado—Membro, na Islândia ou na Noruega, dado que esse acordo se celebra com base nas disposições do Título IV do Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente no n.º 1 do seu artigo 63.º. Nos termos do artigo 12.º do Acordo, a Dinamarca pode solicitar a sua	
participação no mesmo Acordo.	
A Dinamarca declara, portanto, a sua vontade de participar neste Acordo. Esta posição foi dada a conhecer à Presidência do Conselho por carta do Representante da Dinamarca junto da União Europeia, datada de 16 de Fevereiro de 2001."	
2338.ª Conselho Assuntos Gerais de 19 de Março de 2001	
Regulamento do Conselho que prorroga para 2001 a aplicação das medidas previstas no Regulamento (CE) n.º 1416/95 que estabelece determinadas concessões sob a forma de contingentes pautais comunitários em 1995, em relação a certos produtos agrícolas transformados originários da Noruega Doc. 5305/01	
Decisão do Conselho relativa à aprovação do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro Docs 5582/01 + COR 1, 5987/96 + COR 1 (sv)	

Votações tornadas públicas
pusaeus

MARÇO 2001	
OUTROS ACTOS	Votações tornadas públicas
Posição comum adoptada pelo Conselho tendo em vista a adopção da directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem a título profissional actividades móveis de transporte rodoviário Doc. 5919/01 + COR 1 (en,fi)	Contra IRL, P Abstenção UK
Posição comum adoptada pelo Conselho tendo em vista a adopção da directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis no mercado interno da electricidade Doc. 5583/01 + COR 1 (fr,it,da,el) + COR 2 (fi)	